



Meio: **Diário de Notícias**

Periodicidade: **Diário**

Data: **01.02.2010**

Página: **10**

Secção: **Portugal**

Dimensão: **1/2 página**

Título: **Governo tenta adiar regresso de notários à função pública**

ADBDcommunicare
Consultores Associados

Justiça

Notários travados no regresso à função pública

● O Governo decidiu prolongar por três anos o prazo que os notários têm para poder regressar à função pública. É que mais de 200 antigos notários públicos pediram já a reintegração, acusando o Governo de concorrência desleal. → Portugal, 10

Governo tenta adiar regresso de notários à função pública

José Augusto Moreira

Antigos quadros do Estado vão ter mais três anos para decidir. Mais de 200 pediram já a reintegração

Os prazos começam a expirar já em meados de Fevereiro e o grosso dos notários que até 2005 pertenciam aos quadros do Ministério da Justiça (MJ) há muito que vêm manifestando a intenção de fechar os seus cartórios e regressar à função pública. Para evitar a debandada – e o consequente aumento de encargos na função pública –, o Governo propõe-se prolongar por mais três o período inicial de cinco anos em que os antigos notários públicos podem optar pelo regresso. A medida está contida na proposta de Orçamento do Estado e a dúvida é se entrará em vigor até ao próximo dia 15, data em que se completam cinco anos sobre a tomada de posse do primeiro contingente de notários privados.

Dos 410 notários que asseguram a

cobertura de todo o país, quase metade (198) estão em condições de optar pelo regresso e quase todos concordam que, no actual estado de coisas, a actividade não é rentável. A culpa, dizem, é do Governo, que depois de ter apostado no fim do notariado público e na liberalização do sector lançou reformas que conduziram, por um lado, ao progressivo esvaziamento de funções e, por outro, a uma prática de concorrência desleal.

O actual bastonário da Ordem dos Notários, Alex Himel, reconhece que “a situação é complicada e há muitos colegas em forte desequilíbrio [financeiro]”, explicando que “desde 2008 a actividade dos notários diminuiu mais de 50 por cento”.

A questão está sobretudo ligada ao programa Casa Pronta, lançado em finais de 2007 pelo Governo no âmbito do Simplex da Justiça, que permite realizar nas conservatórias públicas todos os actos relativos à compra e registo de imóveis, dispensando a anterior intervenção obrigatória dos notários. Para complicar ainda mais as

Útil mas não chega Solução passa por novas tabelas e atribuições

Para o bastonário, o alargamento do prazo de regresso é útil, mas não resolve a questão de fundo. Para Alex Himel, é necessário “acabar o ciclo de privatização”, resolver “as questões das tabelas de emolumentos e acesso às bases de dados” e dotar os notários de “novas atribuições”, para que possa haver uma verdadeira concorrência. Depois do ambiente de confronto com os seus antecessores, o bastonário aponta agora para um ciclo de diálogo com o Governo, como o comprova o comunicado conjunto divulgado em Dezembro, no qual o Ministério da Justiça reconhece aquelas prioridades. **J.A.M.**

coisas, aqueles serviços públicos têm preços inferiores aos que os notários são obrigados a praticar, por força das tabelas fixadas pelo Governo.

Outra das queixas tem a ver com o facto de, em 2006, ter sido aberta a bancos e a advogados a prática de actos que até aí eram da exclusiva competência dos notários, como é o caso das escrituras. “Ainda por cima sem quaisquer limites de competência territorial, que continua a ser imposta aos notários”, como frisa a anterior bastonária, Carla Soares, cujo mandato ficou marcado pela permanente denúncia da “concorrência desleal” do Governo. O mesmo se passou com Barata Lopes, o primeiro bastonário da Ordem nascida em 2004, que não tem dúvidas em classificar a actuação do MJ como uma “malandrice grande e inaceitável num Estado de direito”.

Apesar das dificuldades, os anteriores bastonários coincidem nas vantagens da reforma lançada em 2005. “Os cartórios modernizaram-se e nunca foi tão fácil e rápido marcar escrituras”, frisa Carla Soares, enquanto

Barata Lopes considera que “a reforma conseguiu também alcançar o objectivo de diminuir funcionários públicos [cerca de mil] sem grandes sobressaltos”.

Esta é a faceta da reforma que ameaça agora voltar para trás. Grande parte dos antigos funcionários (239) optaram já pelo regresso à função pública e o grosso dos notários manifestaram igual intenção. Além do aumento de funcionários, há também o problema da sua integração, uma vez que a lei obriga a que se mantenham nas respectivas comarcas e as conservatórias têm os quadros já preenchidos.

Para justificar o alargamento do prazo para a opção de regresso, o MJ aponta questões económicas e a necessidade de estabilizar o sector. “Com esta proposta visa-se consolidar o exercício da actividade notarial, indo ao encontro de sugestões que nos haviam sido apresentadas pela presidente da assembleia geral da Ordem e, individualmente, por vários notários e oficiais do notariado”, explica a resposta remetida ao PÚBLICO.